



OS CONDENADOS DA TERRA, OS ESFARRAPADOS DO MUNDO E OS EXCLUÍDOS DA EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO E GESTÃO EM PROCESSOS EDUCATIVOS

Márcia Dal Toé Nazário Bardini¹
(*marciadaltoenb@gmail.com*)

Janine Moreira²
(*jmo@unesc.net*)

Introdução

O presente resumo tem como objetivo realizar um paralelo sobre as ideias de oprimido de Fanon (1968) e Freire (2018) e a pessoa com deficiência. Veremos também um breve histórico da pessoa com deficiência e a significativa contribuição da educação popular para pensar a pessoa com deficiência. Será explanada a importância da inclusão escolar como um processo de respeito às diferenças e de esperança para uma sociedade mais heterogênea.

Do oprimido ao excluído

Por muitos anos, as pessoas foram e continuam sendo classificadas a partir de sua etnia, cor, credo, capacidade intelectual. Padrões foram impostos a partir de uma ideia errônea de que a sociedade seria melhor se fosse mais homogênea. Porém, cada vez mais, percebe-se que não há um ser sob o solo terrestre que se assemelhe a seu par, mesmo as pessoas consideradas semelhantes aparentemente, como os gêmeos univitelinos, carregam em suas digitais diferenças que as tornam únicas. Tendo de antemão a percepção de que somos diferentes em vários âmbitos, culturalmente, fisicamente, entre outras características, pensamos sobre o que leva a sociedade, em pleno século XXI, a continuar negando direitos para as pessoas que não são elencadas

¹Mestranda em Educação pelo PPGE- UNESC, Especialista em Psicopedagoga Clínica e Institucional-UNESC, Especialista em Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil e Séries Iniciais- UNESC; Pedagoga- UNESC

²Orientadora, docente do PPGE-UNESC e do curso de Psicologia. Graduada em Psicologia, Mestre em Sociologia Política e Doutora em Educação. Líder do grupo de pesquisa Educação, Saúde e Meio Ambiente.



como participantes do grupo seletivo nomeado como “normal”. Ao longo da história as pessoas excluídas do grupo padrão foram consideradas por vários autores, sendo atribuídos alguns adjetivos para lembrá-las. Fanon (1968) as conceituou como “os condenados da terra”. Freire (2018) dedicou sua mais famosa obra, *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1968, “aos esfarrapados do mundo”. Foi no referido livro de Fanon (1968) que Freire buscou a expressão “oprimido” a qual foi difundida como predicado dessa “minoridade” que se faz maioria frequentemente.

Porém, quando existe um excluído, um oprimido na sociedade, paralelamente existe uma pessoa ou algo que a exclui, um opressor. Fanon (1968, p. 131) explica um pouco dessa relação usando como exemplo a dualidade entre colono e colonizado:

Porque o colonialismo não fez senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador.

O povo oprimido, ao longo dos tempos, teve várias faces, cores e credos. O que destaca o ser oprimido tem várias razões, muitas delas nascidas com o sujeito, marcado pela biologia, aprendido na cultura e/ou visibilizado pela dificuldade de aprender como os demais. Historicamente, muitas pessoas foram segregadas devido aos modelos indicados de normalidade, e quando o fenotípico denotava a situação, tornava-se difícil a busca da normalidade pretendida. Fosse qual fosse o seu diferencial, a pessoa seria colocada à margem, independente em que classificação surgisse. Fanon (1968, p. 29-30) exprime alguns fatores que demonstravam as categorizações sociais da época: “[...] o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. [...] O servo é de essência diferente da do cavaleiro, mas uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença estatutária.”

Sasaki (2003) diz que as pessoas com deficiência, por muitos séculos, foram excluídas da sociedade, desde seu nascimento eram consideradas como incapazes e inaptas para a vida em sociedade e, devido à cultura local, eram mortas por seus familiares. Na idade média, a criança com deficiência intelectual, por vezes, nascia assintomática, sem face sindrômica ou qualquer disfunção corpórea, o que permitia que o bebê crescesse e desenvolvesse sua infância, vivendo por mais tempo.

A história indica que o mundo vivenciou muitos momentos de discriminação. Um dos fatos mais documentados ocorreu em meados do século XX, na Europa, com a iminência da segunda guerra mundial. O nazismo suscitava o princípio da eugenia, a



ciência que estuda o aperfeiçoamento da raça humana; assim, pessoas de outras etnias, credo, cor ou com deficiências eram torturadas e/ou mortas, na tentativa de se ter uma raça totalmente ariana.

A pessoa com deficiência e a educação popular

A educação popular teve início nos anos 50, do século XX, aqui no Brasil, sendo os trabalhos de alfabetização de adultos de Paulo Freire um marco no seu desenvolvimento. Freire buscava uma alfabetização que promovesse a libertação humana da opressão, a partir da problematização dos aspectos vividos na concretude da vida, muito diferente da educação pautada na memorização e repetição. Na educação libertadora, a voz dos educandos, sua forma de ver o mundo, é valorizada. Parte-se dela para se poder avançar na compreensão das condições concretas de existência. A educação popular, segundo Arroyo (2009, p. 402), tem o propósito também de:

[...] desconstruir os imaginários sociais negativos sobre o povo e mostrar sua inconsistência. Contrapõe-se a estes imaginários, mostrando sua função política, segregadora. Uma forma perversa de silenciamento e marginalização tem sido nomeá-lo [o povo] através da diversidade de metáforas e imagens negativas e depreciativas do povo, que tentaram inferiorizá-lo a ponto de não ter sentido político e cultural reconhecê-lo. Ora são destacadas umas representações do povo, ora outras, mas se mantém uma persistência de significados negativos.

Percebemos que Arroyo (2009), tal como Fanon (1968), traz denúncias da desatenção para com o povo. É preciso sair dessa zona classificatória e olhar com respeito a todos que são silenciados. O movimento de educação popular se propõe a esse olhar, a essa escuta qualitativa; Freire (2018, p. 109) já propunha: “o diálogo é este encontro entre homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”, respeitando o povo, por vezes marginalizado.

A educação popular é base da educação inclusiva, pois promove a valorização do sujeito e de seus saberes. Sabe-se que autismo mora na omissão, gerada pela camuflagem de uma educação assistencialista e/ou patologizada. Sem a devida valorização da caminhada da pessoa com deficiência, acaba ocorrendo, por vezes, uma segregação escolar. A inclusão da pessoa com deficiência, bem como demais grupos cerceados da sociedade, se validará com um olhar e uma escuta qualitativa de todos. Sasaki (2009, p. 1) conceitua inclusão:

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua,



nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Sendo assim, justo será fazer com que todos consigam partilhar e participar de forma atuante do movimento de inclusão. A educação popular corre junto dos movimentos inclusivos e na contramão dessa patologização, buscando a promoção de uma educação que dialogue com todos os envolvidos, sem polarizações e classificações, almejando a equidade de direitos. Todavia, é importante lembrar que quando a pessoa com deficiência é vista somente como uma pessoa portadora de algo, não necessariamente ela está sendo aceita, assim como para outras pessoas discriminadas no sistema educacional. Há uma demonstração velada de poder hierárquico e hegemônico contido nas falas não proferidas e nos olhares de julgamento. Freire (2018, p. 81) colabora com essa reflexão ao falar da educação bancária, que “o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posição fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem”.

Considerações Finais

Infelizmente, ainda há demasiados condenados da terra, muitos esfarrapados, excluídos na educação e marginalizados na sociedade. A busca do padrão é algo imposto inicialmente de maneira subliminar, porém, ao longo da vida é visto a olho nu, através das máscaras sociais. A inclusão vem para romper com esses padrões, mostrando que o normal e o anormal não podem servir de adjetivos para o sujeito e que apontamentos dessa natureza acabam aumentando as divergências numa sociedade mais heterogênea. A diversidade não precisa ser sentida na pele, ela precisa ser experimentada no coração. Será com amorosidade que a inclusão será vivenciada e respeitada. A alma tem que ser lavada e a mente desintoxicada do que foi imposto como certo e esperado.

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. (FREIRE, 2006, p. 120).

A busca da igualdade, seja no corpo, na mente ou na cultura, deve ser repensada, deve nos colocar em alerta, pois acaba gerando uma necessidade de seguir modelos enraizados no pensamento social. A pessoa com deficiência, assim como os oprimidos



de Fanon e Freire, necessitam de mais equidade e empatia. A educação inclusiva é uma fagulha de esperança, fazê-la prosperar é um compromisso de todos.

Referências

ARROYO, Miguel G. Educação popular, saúde, equidade e justiça social. **Cadernos CEDES** – Refletindo sobre práticas de educação e saúde, Campinas, v. 29, n.79, p.401-416, set./dez. 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2006. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018. 253 p.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 174 p.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.